

Eliseu quer crescimento seletivo

Economia Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA

18 MAR 1993

A linha de ação para o combate à inflação e a retomada seletiva do crescimento econômico foram alguns dos principais pontos do pronunciamento do ministro da Fazenda, Eliseu Resende, na reunião ministerial de ontem. Eliseu apresentou um diagnóstico sobre a conjuntura econômica, caracterizada neste momento pela remarcação preventiva dos preços, e detalhou aos seus colegas de ministério os 15 pontos que definem o programa de ação e metas do governo Itamar Franco.

O ministro detalhou os rumos da política monetária (controle da oferta de dinheiro no mercado) e da taxa de câmbio, que preservará a competitividade do setor exportador. Os juros permanecerão em patamar elevado em um primeiro momento da execução do programa de estabilização da economia. Em uma segunda fase, segundo os assessores do Ministério da Fazenda, as taxas serão reduzidas gradativamente, aproveitando, inclusive, o momento de recuperação da atividade econômica já identificada em alguns setores, como a construção civil.

Os estudos técnicos entregues ao ministro comprovam que o nível atual dos juros inviabiliza a retoma-

da do crescimento econômico. Caso o governo, criadas as condições de estabilização da economia, começasse a praticar juros reais mensais (acima da inflação) de 1%, apontaria para uma taxa anual de 12,5%. Um percentual bem abaixo do praticado atualmente: com juros reais mensais de 3% a taxa anual sobe para a casa dos 42,5%, inviabilizando a retomada de novos investimentos.

O programa de ação e metas que Eliseu pretende anunciar oficialmente até o próximo mês prevê, diante deste quadro de fragilidade da conjuntura econômica, a retomada seletiva do crescimento. A idéia é estimular o setor da construção civil e exportação, devido ao elevado potencial de geração de novos empregos. Além disso, um conjunto de ações será implementado para que outros objetivos sejam atingidos, como o de estimular a poupança e inibir o consumo. Segundo os assessores, durante a reunião o ministro não avançou no detalhamento das medidas, mesmo porque ainda estão em fase de maturação na área técnica.

O pronunciamento de Eliseu

expos, também, o lado perverso das contas públicas que dificultam o controle do déficit público. O ministro apresentou os graves problemas que o governo enfrenta com os elevados passivos, como o do Fundo de Compensações de Variações Salariais (FCVS), que cobre o saldo devedor dos antigos financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação: US\$ 20 bilhões, que serão pagos até 2.012. Este ano vence uma parcela superior a US\$ 2 bilhões, além das dívidas do setor elétrico, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Além disso, o ministro anunciou que as empresas estatais precisarão, de agora em diante, adotar o mesmo comportamento das empresas privadas, quando geram lucro para a matriz, nesse caso, o governo. Significa dizer, segundo o ministro, que terão de gerar e repassar dividendos para o governo. Resende apresentou números de 1991, pelos quais o patrimônio líquido das estatais representavam "algumas dezenas de bilhões de dólares", mas repassaram aos cofres do governo, no mesmo período, apenas US\$ 70 milhões.